

PROCESSO DA TERRA E HISTÓRIA DO MUNDO: UM ESBOÇO*

EARTH PROCESS AND WORLD HISTORY: AN OUTLINE

Fábio Mascarenhas Nolasco**

RESUMO: Este ensaio se concentra na conexão entre os conceitos de *Erdprozess* e *Weltgeschichte* de Hegel, mostrando a centralidade das recém-inauguradas ciências da Geologia e da Geografia para a elaboração tanto de sua *Filosofia da natureza* quanto de sua *Filosofia da história mundial*, de acordo com uma certa tendência "materialista", radicalmente oposta à metodologia combinatória de Schelling. Procuro trazer à tona as limitações históricas e epistemológicas das fontes usadas por Hegel, a saber, A. Humboldt e C. Ritter, e também a superação desses limites por cientistas influenciados por Hegel, como P. W. Lund, R. Lepsius e K. Marx. Por fim, comparo brevemente minha abordagem desses temas com a de Bernasconi, James e Knappik, na tentativa de abrir espaço para um uso proveitoso do sistema de Hegel para os debates anticoloniais e antirraciais atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Especulação; Geologia; Geografia; Egíptologia

ABSTRACT: This essay focuses on the connection between Hegel's concepts of *Erdprozess* and *Weltgeschichte*, thereby showing the centrality of the recently inaugurated sciences of Geology and Geography for the elaboration of both his *Philosophy of Nature* and *Philosophy of World History* according to a certain "materialistic" tendency, radically opposed to Schelling's combinatory methodology. I try to bring to light the historical and epistemological limitations of the sources used by Hegel, namely A. Humboldt and C. Ritter, and also the overcoming of these limits by Hegel-influenced scientists such as P. W. Lund, R. Lepsius and K. Marx. Towards the end, I briefly compare my approach to these themes to that of Bernasconi, James and Knappik, in order to make room for a fruitful use of Hegel's system for current anti-colonial and anti-racial debates.

KEYWORDS: Speculation; Geology; Geography; Egyptology

1. Introdução

Este ensaio¹ visa explorar a questão da relação entre a *Ciência da lógica* e as duas partes da chamada Filosofia Real, a *Filosofia da natureza* e a *Filosofia do espírito*. Ao final da *Ciência da lógica*, a ideia absoluta se resolve livremente por saltar para fora do elemento de sua

* Artigo convidado.

** Professor adjunto do Departamento de Filosofia da UnB. E-mail: fabio.nolasco@unb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9924-5275>.

¹ Este ensaio é produto do trabalho que desenvolvi com o auxílio do projeto de pesquisa PROBAL CAPES/DAAD – *O infinito/Das Unendliche*, coordenado pela Profa. Márcia Gonçalves (UERJ) e pelo Prof. Christoph Asmuth (*Augustana Hochschule Neuendettelsau*), aos quais agradeço vivamente pelo apoio de vários anos. Uma primeira versão deste texto (em alemão) foi apresentada num colóquio do grupo de pesquisas realizado na UERJ em outubro de 2022, e uma segunda, um pouco mais desenvolvida, foi apresentada no XII Congresso Internacional da Sociedade Hegel Brasileira, realizado na UnB em novembro de 2023.



autorreferencialidade perfeita, seu reino das sombras — o puro pensar —, a fim de se lançar na busca por se reencontrar ou se reconhecer de volta nos objetos e conceitos concretos, atravessados pelo tempo (natureza) e pela história (espírito). Esse reencontro ou reconhecimento da ideia absoluta consigo mesma fora de si, porém, jamais será completo, pois justamente o tempo natural e a sua segunda potência ou adensamento, o tempo histórico, impedem uma adequação completa entre a coisa (*Sache*) e a ideia. Essa adequação só será perfeita no elemento das sombras sem-resistência, no puro pensar.²

Essa resistência dos objetos da natureza e do espírito ao método da ideia absoluta se mostrou máxima no tempo de Hegel, posto que as ciências que lidavam com tais objetos ainda dormiam quase todas o sono dogmático/ideológico da época clássica do colonialismo europeu. Como a Hegel, neste caso mui “materialista”, não parecia uma opção viável eliminar essa resistência (ou as barreiras e restrições impostas pelo estágio de desenvolvimento empírico-científico de sua época) pela violência de uma má-especulação, ele preferiu, p.ex., não endossar nenhuma das propostas evolutivas existentes, vindo a apontar Cuvier como a posição mais avançada disponível; bem como não pôde conceber uma alternativa viável à hipótese geográfico-linguística corrente de que a história do mundo tem no oriente o seu alfa e no ocidente o seu ômega, o que implicava em excluir a África da história do mundo, dizer que China e Índia paralisaram-se em certo estágio, e que a América (notadamente, a do Norte) seria o futuro e o destino dessa história.

No entanto, o desenvolvimento histórico da geologia e da biologia, por um lado, da geografia e arqueologia, por outro, acumulado desde os tempos de Hegel, parece haver transformado o que eram restrições e barreiras em limites, e mais, em limites suspensos. Assim, parece haver se atenuado algo da aludida resistência imposta pelos objetos concretos, a qual dificultava à ideia absoluta a consumação de sua livre decisão por projetar-se e reconhecer-se em seu outro natural e espiritual — sem substituí-lo ou ofuscá-lo, estando “junto de si com seu outro”. Ou seja, depois dos trabalhos de Gauss, Bohr, Einstein; depois de Lyell, Lund, Darwin e Mendel; depois de Lepsius e Marx, o hiato entre o método dialético-especulativo e a consideração científica dos objetos concretos da natureza e da história humana parece haver

² É certo que as objetivações da arte, da religião e da filosofia, momentos do “Espírito absoluto”, oferecem uma série de consumações a bem dizer perfeitas da relação *Sache-Idee*. Ainda assim, tais figurações absolutas do espírito livre ainda se desenrolam na história, e a condição para o deciframento dos nexos dessa história através das camadas do tempo é, de novo, a decisão livre da ideia absoluta por se reconhecer nessas suas exteriorizações, mesmo que bastante perfeitas. Já as categorias da *Lógica* – as sombras, o negativo de tudo o que está no tempo e/ou na história – passam, refletem-se e se desenvolvem num elemento que não é o tempo nem a história.

diminuído consideravelmente — ao ponto, p. ex., de Engels declarar em alto e bom som que a *Ciência da lógica* havia se tornado desnecessária, pois a dialética já se manifestava diretamente no próprio desenvolvimento das ciências da natureza, e de fato na própria natureza. Lukács, nesse sentido, parece acompanhar em sentido inverso o diagnóstico engelsiano, pois igualmente descarta a *Ciência da lógica*, e vai desdobrar a sua particular formulação do método dialético imediatamente numa ontologia do ser social. E algo análogo se encontra também no grande projeto de Habermas, a *Teoria do agir comunicativo*, na qual a própria modernização da filosofia da linguagem desde a *linguistic turn* permitiria, simultaneamente, descartar a *Ciência da lógica* como relevante para esse debate, e desdobrar imanentemente uma visão mais ou menos dialética da “ética do discurso”. O desenvolvimento das ciências naturais e humanas no rumo de deixarem sua fase clássica-colonialista e se afirmarem como ciências propriamente modernas, críticas, pareceu, portanto, haver tornado obsoleta a *Ciência da lógica*, visto que os objetos dessas ciências já não precisavam da formulação dialético-especulativa de Hegel para se reconhecerem mais ou menos dialéticas – algo que hoje se verifica até mesmo nas vanguardas da lógica formal, notadamente em Newton da Costa, mas em especial com Graham Priest, cuja teoria do dialeteísmo, todavia, abriu caminho a uma vigorosa redescoberta da *Lógica* de Hegel no horizonte analítico.

Mas nosso objetivo aqui não é ir tão longe. O que nos importa notar, por enquanto, é que levar em conta os desenvolvimentos das ciências naturais e humanas que se deram pouco tempo depois da morte de Hegel nos permite destacar, seguindo o exemplo de Marx, alguns momentos-chave (a questão do *processo da Terra* e a questão do princípio e do destino da *história do mundo*) nos quais Hegel, definitivamente, em razão do estágio das ciências de seu tempo, esteve em nítido descompasso com o “caroço racional” do método que propôs para a filosofia. Buscaremos realizar esse intento diferenciando (item 2) dois sentidos de especulação, o schellinguiano e o hegeliano, com o intuito de, ao abordarmos alguns dos conceitos centrais da *Filosofia da natureza* de Hegel, aproximar a especulação hegeliana de certo viés materialista em formação naquela época; em seguida (item 3), indicaremos os nexos, que Hegel foi buscar em A. Humboldt e C. Ritter, entre o *processo da Terra* (*Erdprozess*) e a *história do mundo* (*Weltgeschichte*), bem como apontaremos a maneira como P. W. Lund, R. Lepsius e K. Marx, com e contra Hegel, redefiniram esses nexos, pondo abaixo o *alfa* e o *ômega* da Filosofia da História do período clássico-colonialista europeu; em seguida (item 4), contrastaremos rapidamente nossa abordagem com a de Bernasconi, James e Knappik, tomada de dois artigos

recentes, para, no fim, tecermos algumas considerações conclusivas com o intuito de abrir caminho a um uso frutífero da leitura do sistema de Hegel para a causa anticolonial e antirracista.

2. Dois sentidos de especulação na Filosofia da Natureza: “materialismo” hegeliano e combinatória schellinguiana

As divisões da *Filosofia da natureza* de Hegel: *Mathematik* ou *Mechanik*, *Physik* e *Organische Physik*, estão prefiguradas no momento intermediário da “Lógica subjetiva” ou “Lógica do conceito”, intitulado “O conceito objetivo”, o qual é dividido em *Mechanismus*, *Chemismus* e *Teleologie*. Evoco isso para destacar que: (1) depois de décadas de apropriação e confronto intelectual com a teoria kantiana do conhecimento, com a filosofia de Espinosa e Leibniz, com as inovações científicas de Goethe e, por último, com a Filosofia da Natureza de Schelling, Hegel elabora em 1816, na “Doutrina do conceito”, a primeira plataforma de organização filosófica do material a ser colhido em seu detalhe junto às ciências da natureza; (2) em seguida, em 1817 publica a primeira edição de sua *Enciclopédia* e ao longo dos próximos dez anos leciona publicamente por cinco vezes sobre a *Filosofia da natureza* (1819/20; 1821/22; 1823/24; 1825/26; 1828), com alterações sensíveis de um curso a outro e em processo de acumulação contínua e aprofundamento dos conhecimentos das ciências empíricas; (3) isso feito, Hegel se encontra então pronto para deixar o acúmulo e aprofundamento da pesquisa retroagir sobre o método estipulado inicialmente, i.e. sobre a *Ciência da lógica*, o que se comprova ao se observar em detalhe a profunda revisão empreendida na segunda edição da *Doutrina do ser*, publicada postumamente em 1832, que engordou em cerca de 150 páginas, com especial destaque precisamente para as questões científicas (em particular sobre o cálculo diferencial e integral e sobre as últimas questões da física e da química). Isso dá-nos uma amostra de como a aplicação do método retroage sobre a formulação do método, em causação circular. Este alerta serve apenas à finalidade de evitar o estabelecimento de uma hierarquia ou antecedência rigorosa entre *Ciência da lógica* e *Filosofia da natureza* — e o mesmo poderia ser observado no que concerne à relação entre *Ciência da lógica* e *Filosofia do espírito*.

Mas tais cuidados não nos devem impedir de constatar que o argumento de Mecanismo-Quimismo-Teleologia (“Lógica do conceito”) e de Mecânica-Física-Física orgânica (*Filosofia da natureza*) compartilham a mesma estrutura formal: em ambos os casos os dois primeiros momentos, embora apareçam em primeiro lugar, encontram a sua determinação plena apenas

subsumidos ao terceiro momento, que, senão de fato, é de direito o *prius* dessa tríade. A “Mecânica” ou “Matemática”, que trata de espaço, tempo, matéria, peso, choque, queda, i.e., das condições por assim dizer transcendentais (Hegel as chama de “idealidades puras”), ou estruturas e categorias universal-fundamentais de tudo que é exterioridade natural, e só isso; e o “Quimismo” ou “Física”, que trata do processo de particularização do peso, i.e., formação dos elementos por seu peso específico, bem como de suas relações entre si; ambos os momentos iniciais oferecem imensa dificuldade para se captar em conjunto e sistematicidade os nexos teóricos existentes entre as várias categorias e conceitos com que trabalham (vide as disputas entre mecanicistas e dinamicistas, entre físicos e químicos, e as dificuldades da ciência do XVII com a questão dos corpos vivos). Isso ocorre precisamente em virtude de um posicionamento de quase dependência imediata dos brutos fatos empíricos com que precisa trabalhar o entendimento que se satisfaz com abstrações. Emaranhado na exterioridade tomada como diretamente imediata e objetiva, o trabalho científico nessas searas tem dificuldade de reconhecer ou reencontrar em seu objeto a operação do conceito: na objetividade *do conceito* tais ciências se obstinam em apreender apenas o conceito da *objetividade*. Por isso elas impõem a Hegel as maiores dificuldades no sentido de indicar de que maneira os conceitos e categorias dessas ciências constituem, apesar de todas as aparências, umnexo conceitual sistemático, que torna possível o desdobramento genético e necessário de suas categorias e conceitos uns a partir dos outros — e não apenas em relação de dependência com o fato exterior bruto. Já na “Teleologia” ou na “Física orgânica”, terreno onde vão se desenvolver as singularidades vivas, encontraremos justamente a resolução da objetividade (do conceito) na subjetividade (do conceito). Objetividade e conceito aqui se entrelaçam inevitavelmente, visto que os organismos e sua teleologia manifestam externamente aquilo que constitui a natureza e a subjetividade própria dos conceitos e seu nexos. Tal como Hegel se expressa no curso de 1821/22 (*Nachschrift Üxxkull*): “No vivente o especulativo existe” (*Am Lebendigen existirt das Spekulative*).³

Este é o motivo pelo qual, senão de fato, então de direito, a “Física orgânica” é na verdade o *prius* de “Mecânica e “Física inorgânica”, que são, por sua vez, momentos ou fatores

³ HEGEL, G.W.F., *Vorlesungen über die Philosophie der Natur 1*, in: *Gesammelte Werke 24/1*, Hamburg: Meiner, 2012, p. 418: “A vida é essencialmente especulativa e ela se deixa captar por inteiro apenas através do conceito. Para o entendimento a vida é uma perfeita contradição. Ela é a negação do um e igualmente a negatividade das diferenças. No vivente o especulativo existe. Igualmente, a vida é simplesmente ideal. As diferenças subsistentes são simplesmente ideal na vida.” Vale a pena lembrar que a *Lógica* de Hegel diferencia entre o ser, a existência e a efetividade. No que concerne a esta citação, o que Hegel quer dizer é que no vivente o especulativo (a ideia) já não é apenas ser, mas existência, embora ainda não seja propriamente efetividade. – Todas as traduções são de minha autoria.

da totalidade/sistematicidade que apenas na “Física orgânica” se manifesta plenamente. “Mecânica” e “Física”, ou “Mecanismo” e “Quimismo”, têm seu pleno sentido não em si mesmas, mas apenas como fator ou momento da “Física orgânica”. No detalhe do argumento hegeliano, isso se revela de maneira bem translúcida no esforço de mostrar que as bases últimas de cientificidade dos esforços da química por separar os elementos e entender as regras de sua solubilidade recíproca não se encontrarão nas especulações neoatomistas com que Dalton buscava explicar e levar adiante a revolução analítica de Lavoisier, i.e., não se encontrarão na fundação de uma autonomia analítica da química, mas apenas na medida em que a química for reconduzida e subsumida à mineralogia, à meteorologia ou ao “Processo da Terra” (*Erdprozess*). Ao fundamento especulativo (em mau sentido) que Dalton oferecia para a química, Hegel, baseando-se no mais importante pioneiro da ciência geológica no horizonte alemão, A. G. Werner, oferece uma alternativa propriamente materialista: a química se tornará ciência moderna quando entender seu papel como fator e momento da pesquisa sobre a formação do sistema solar e em particular do planeta Terra e suas diferenciações históricas internas. Repare-se bem: em vez de fundamentar a meteorologia na autonomia analítico-especulativa da química, Hegel está indicando o inverso: que a nascente Organologia alemã está em vias de refundar os parâmetros métricos da química no chão concreto dos processos de cristalização mineral da geologia, propriamente no conceito do *Kristal des Lebens*. Subsumida à concretude geológica (mais tarde também astrofísica), as especulações atomistas da química estariam circunscritas a operarem apenas como auxílio da imaginação (ficções úteis, diria Leibniz) dentro das barreiras concretas dos “pontos nodais de relações de medida” auferidos *a posteriori* pela geologia e meteorologia.

Trata-se, portanto, de reconduzir o *a priori* da física e da química ao seu fundamento concreto *a posteriori* — uma proposta que, sem dúvida, nadava contra a corrente do positivismo que se consolidava à época,⁴ e também contra a corrente alternativa, schellinguiana, da Filosofia da Natureza romântica, que buscava, à sua maneira, i.e., combinatoriamente, construir a

⁴ Que ambas, física e química do período clássico (do colonialismo europeu), tenham resistido obstinadamente a uma tal proposta, buscando afirmar repetidamente sua autonomia epistêmica a despeito de seu fundamento concreto, isso não surpreende ninguém. Igualmente, não deveria nos surpreender quando essas ciências, a caminho de se tornarem modernas, i.e., do ponto mais alto de sua cooperação e confluência na formulação efetivamente experimental da teoria atômica a partir de Niels Bohr e Max Born, pariram precisamente a bomba atômica e a bomba de hidrogênio – essas claríssimas comprovações empíricas da pretensão de senhorio e poder absoluto da física teórica sobre o seu fundamento concreto, o planeta Terra, que então corre o risco de ser aniquilado ou substancialmente alterado num piscar de olhos. A obstinação desses fatores epistêmicos (física e química) por se autodeclararem senhoras absolutas de si mesmas contra seu fundamento, fatores autônomos em face da totalidade à qual pertencem, põe em risco iminente a primazia do seu próprio fundamento.

totalidade da natureza *a priori*. Como os conceitos das ciências estabelecidas impediam e bloqueavam a intuição dos nexos geológicos e bloqueavam o desdobramento de um sentido histórico para as ciências naturais, a Filosofia da Natureza schellinguiana abriu portas e janelas ao procedimento combinatório-hipotético, no intuito de emular algo do “sistema artificial” de Lineu, pelo menos enquanto o Goethe da Geologia ainda estivesse por surgir. Mas o partido schellinguiano não aceitava que se rebaixasse o valor de suas combinações e hipóteses, pois elas estariam todas validadas de partida pela assunção do paralelismo pseudoespinosano entre ser e pensar.

Por volta de 1810, A. Humboldt acabara de ter verificado que alguma parte das intuições de Werner eram válidas em todas as partes do globo, independente de clima e demais particularidades. Ou seja, a mineralogia e a geologia estão, neste ponto, vislumbrando os primeiros raios de sua aurora epistêmica. De fato, o mesmo se passa com a botânica e a zoologia. A mecânica, a física e a química se mostram, assim, ciências do *Ancien Regime*, presas ao seu enquadramento “clássico”, ao passo que a geologia, a botânica e a zoologia só vieram a se alçar cientificamente de fato depois da Revolução Francesa.⁵ Mas a autonomia e autodeterminação dessas ciências orgânicas não nasceu pronta como Atenas da cabeça de Zeus, senão que foi produzida sempre em confronto com as obstinadas barreiras positivistas. Os schellinguianos quiseram imaginar uma organologia que já tivesse superado essas barreiras existentes. Hegel não pôde se dar tal privilégio. Teve de mostrar nas próprias barreiras que elas são limites, o que implica um trato mais demorado e prudente com o entendimento e o material empírico colhido pelas ciências fragmentadas.

O partido schellinguiano pretendia, superando imediatamente as barreiras científicas existentes, reconquistar a unidade perdida, pelo progresso da civilização, entre o pensamento e a natureza; reconquistar aquele “estado do ânimo no qual o pensamento e as coisas nos estão igualmente próximas” (*Zustand des Gemüths, in welchem uns die Gedanken und Dinge gleich*

⁵ É claro que Lineu estabeleceu as bases da botânica (clássica) ainda no séc. XVIII. Mas seu sistema não podia deixar de ser artificial, e essa artificialidade acabava por abrir portas e janelas a antecipações igualmente artificiais, das quais a ciência botânica (moderna) teve de se desfazer a duras penas, a princípio com Jussieu, mas notadamente com Goethe. Já a zoologia assentou suas raízes no trabalho monumental de Buffon, mas não será exagero dizer que os primeiros frutos dessa quase *instauratio magna* buffoniana foram colher-se de fato apenas no XIX, com Lamarck, Cuvier, Saint-Hilaire e Darwin. Por sua vez a geologia vislumbrou a sua inauguração (clássica) na hipótese de Kant sobre o envelhecimento da Terra ainda ao meio-dia do XVIII, mas a maturação da geognosia e da oryktognosia teve de percorrer longo caminho, na Alemanha com Werner, na Inglaterra com Hutton, até que com A. Humboldt e C. Lyell a geologia (moderna) enfim se estabeleceu já no XIX.

nahe sind). Construir *a priori* a ideia da história da Terra, para Henrich Steffens, um dos primeiros schellinguianos de carteirinha e que mais fundo percorreu o terreno da geognosia e geologia, equivaleria, assim, a recordar-se do sentido vivo e concreto que animava os antigos mitos, frutos de uma época anterior à queda civilizatória. Construir a geologia enquanto ciência demandaria, portanto, “retornar à infância primeva (*uralten Kindheit*) e recuperar, com a astúcia esclarecida da reflexão (*mit der besonnenen Klugheit der Reflexion*), aquela pura desenvoltura perdida do sentido (*jene entflohenene reine Ungefangenheit des Sinnes*)”.⁶ Steffens conclui:

Mas nós estamos tão distantes daqueles mitos quanto estamos separados da natureza; a recordação (*Erinnerung*) da história primeva dos humanos, tal como a história primeva da Terra, está ofuscada, e isso por conta do mesmo sentido estreito (*engen Sinn*) que nos conduz na consideração de ambos. De forma que supomos, não sem razão, que se alcançará de maneira semelhante, na Ciência natural e na História, a interpretação superior.⁷

Aqui nos deparamos com uma verdade profunda. A invenção da organologia caminha deveras de mãos dadas com a redescoberta da mitologia e o estabelecimento da arqueologia e filologia como campos científicos prósperos. Goethe, igualmente escolado em Werner e Winckelmann, ao viajar pela Itália alterna em suas anotações intuições geológicas e arqueológicas, e é desse emaranhamento histórico e natural que formou para si a ideia da *Urpflanze*. Steffens, portanto, não atira no escuro. Igualmente, ele antecipa e anuncia, e também explica como um desdobramento consequente, a virada que Schelling documentará nas décadas derradeiras de seu trabalho filosófico, ao deixar de lado as especulações sobre a Filosofia da Natureza para se dedicar com maior afinco à Filosofia da Mitologia. Ainda assim, por maior que seja o interesse em redescobrir as técnicas de harmonização da cultura com a natureza dos povos antigos ou autóctones, supor que as mitologias documentariam um estado de pureza originária, de intimidade primeira entre o pensamento e a natureza implica minar o próprio sentido histórico que se pretende alcançar. Se Steffens assume com clareza que o estado de

⁶ STEFFENS, H. **Geognostisch-geologische Aufsätze als Vorbereitung zu einer inneren Naturgeschichte der Erde**, Hamburg, 1810, p. 166: “No que concerne às lendas e mitos dos povos orientais, não poderíamos negar que neles está contido um significado profundo da autêntica poesia da natureza (*Naturpoesie*), que eles apresentam épocas e momentos da formação da Terra cuja verdade, sem qualquer dúvida, uma geologia fundamentada mais profundamente conservará. As nações mais antigas estavam conectadas, também internamente, com a natureza, e de uma forma que precisa permanecer estranha para nós até que, retornando à infância primeva, venhamos a reconquistar aquela pura desenvoltura perdida do sentido mediante a astúcia esclarecida da reflexão; e para captar aqueles mitos em seu completo escopo precisamos sobretudo compreender que a separação ante a natureza, na qual vivemos, surgiu há pouco; a conexão com a natureza e aquele estado de ânimo no qual o pensamento e as coisas nos estão igualmente próximas, e a vida da terra tal como a do corpo são internamente nossas amigas, [isso] não nos angustia nem nos restringe, mas pertence ao ser-aí natural.”

⁷ STEFFENS, H. **Geognostisch-geologische Aufsätze**, p. 168.

separação entre a civilização e a natureza é um fato histórico, parece-lhe difícil assumir que o pretense estado mítico de harmonia entre cultura e natureza igualmente o seria, já que o chama de estado originário.

Por contraste, mergulhemos ainda um pouco mais no texto da “Natureza geológica”, primeira subdivisão da “Física orgânica” de Hegel, a fim de nos introduzirmos ao seu conceito do “processo da Terra”. A Terra, cuja formação está em nexos concreto e recíproco com a formação do sistema solar, é ela própria um organismo que é órgão de um organismo maior, que conjuga e põe em nexos o sol, os planetas, satélites e cometas. Mas Hegel fala em poderes (*Mächte*), e não ainda em órgãos.⁸ Portanto, neste início da “Física orgânica”, na “Natureza geológica”, falar em organismo (e portanto em subjetividade) é quase apenas uma antecipação, e Hegel precisa tomar muito cuidado para que não seja confundido com aqueles que falam da *alma do mundo* (*Weltseele*). A alma é um conceito que virá à tona em sentido estrito apenas quando o organismo tiver se manifestado em toda a sua plenitude, notadamente, no animal. Até mesmo o mundo vegetal (termo-médio entre o organismo em si, que é o Sistema solar e a Terra, e o organismo em si, por si e para si, que é o animal) apresenta organismos e almas apenas num sentido antecipado, pois para Hegel a planta ainda está presa na exterioridade e composição extrínseca (*partes extra partes, Aggregat*) do organismo apenas enquanto em si. Hegel especifica: trata-se da “vida apenas sendo (a)dentro de si nas diferenças” (*Leben noch als in sich seyendes in den Unterschieden*).⁹ Trata-se, pois, de um “sujeito formal” (*formelles Subjekt*).¹⁰

A Terra é um vivente, um organismo, “apenas em si, mas não existindo”.¹¹ Vejamos um pouco mais em detalhe como Hegel caracteriza essa figura imediata, antecipada de organismo:

O primeiro é a vida como vida imediata; enquanto tal ela é vida morta, apenas a imagem da vida como um outro a si, como ausente de processo (*Proceßlose*), como um imediato, apenas o esqueleto da vida (*Knochengeriüste des Lebens*), do organismo enquanto morto; mas isso enquanto um organismo, enquanto um sistema, um todo – no qual as diferenças têm sua posição apenas no todo –; a natureza geológica, o cadáver da vivacidade (*Leichnahm der Lebendigkeit*)
(...)

⁸ HEGEL, *Vorlesungen über die Philosophie der Natur 1*, p. 339.

⁹ HEGEL, *Vorlesungen über die Philosophie der Natur 2*, in: *Gesammelte Werke 24/2*, Hamburg: Meiner, 2014, p.1142.

¹⁰ HEGEL, *Vorlesungen über die Philosophie der Natur 1*, p. 420.

¹¹ HEGEL, *Vorlesungen über die Philosophie der Natur 2*, p. 1142.

A natureza geológica é em geral isto: que a vida se faz em objetos (*Objekte*). O organismo imediato é apenas a imagem do organismo, apenas um sistema exterior; a vida faz de si mesma uma pressuposição, mas justamente com isso faz de si mesma um morto, um outro em relação ao que a vida é, um tal que está oposto à vida.¹²

No que segue, Hegel elogia Werner, o netunista *par excellence* do debate geológico alemão, por haver chamado a atenção ao elemento da necessidade, e isso em oposição ao historicismo superficial dos vulcanistas, aos quais bastava o estabelecimento de que tal camada é mais antiga e tal outra mais recente. Ou seja, a consideração mais “filosófica”, e não apenas histórica, da geognose werneriana consistia em buscar, através das revoluções e sobreposições, os nexos racionais entre esses elementos, particularmente visíveis no estudo da formação dos cristais minerais (*Oryktognosie*). Em meio ao aparente caos das revoluções por que passou o planeta Terra no contexto da formação do sistema solar, certos tipos de cristalizações minerais indicam haver algum método na loucura, ou pelo menos indicam que a loucura engendra *a posteriori* alguns nexos e necessidades que *a priori* ela mesmo não imaginasse. Seguir os traços da *razão na história* dessas cristalizações ofereceria, assim, um guia mais seguro para navegar o mar revolto das revoluções da Terra.

Ainda assim, o elemento da necessidade não pode aqui sobrepujar o elemento histórico: “Uma história propriamente dita (*Eine eigentliche Geschichte*) só a pode ter o inorgânico enquanto tal”.¹³ “Assim a Terra é um sistema, um todo, porém como um esqueleto, quieto, fixo, que tem o seu processo fora de si”.¹⁴ A Terra tem seu processo fora de si, seu processo é o reflexo de poderes (*Mächte*) operantes no contexto da Terra no Sistema solar, e por isso seu processo de formação, mesmo que tenhanexo, não deixa de ser apenas histórico, extrinsecamente determinado.

Por contraste, não deveriam ser apenas históricas (neste sentido bem estrito aqui empregado) as tentativas de explicar racionalmente o mundo dos organismos vivos. Aqui Hegel retoma, via A. Humboldt, a consideração vulcanista. Hegel enxerga nas “histórias” da evolução da Terra e dos organismos, tal como a de Steffens e demais schellinguanos, ou tal como a de Lamarck, meros romances. Como num arabesco, os seres vão crescendo para fora de si próprios, das plantas aos animais — isso não passaria de um agrado à imaginação, pois lhe falta por

¹² HEGEL, *Vorlesungen über die Philosophie der Natur 2*, p. 1141-43.

¹³ HEGEL, *Vorlesungen über die Philosophie der Natur 1*, p. 424. Hegel aqui certamente alude ao fato de que a palavra alemã *Geschichte* refere imediatamente ao acúmulo de camadas (*Schichten*).

¹⁴ HEGEL, *Vorlesungen über die Philosophie der Natur 1*, p. 420.

completo o elemento da necessidade. É bom reparar que Darwin alcançou seu renome não por imaginar uma história evolutiva, mas por propor uma teoria que explica os seus nexos de necessidade, o mecanismo envolvido nas inesperadas metamorfoses e diferenciações entre as espécies. Daí que, em respeito ao princípio da necessidade, Hegel traz sob nova luz o princípio vulcanista (agora aplicado ao mundo dos organismos vivos) e conclui:

Tal como Minerva surgiu pronta da testa de Júpiter, assim o vivente surge no ser-aí como um todo, perfeito, justamente porque ele é sujeito. Sujeito é precisamente aquilo que penetrou e determinou seu material (*Subjekt ist eben was sein Material durchdrungen und bestimmt hat*). A história da criação mosaica representa isso de maneira ingênua: que hoje foi feito o mundo vegetal, hoje o mundo animal, hoje o ser humano; portanto sem qualquer vir à tona gradual. A filosofia tem de não se meter de maneira alguma com os romances aqui mencionados. O vivente, este ponto completamente determinado (a)dentro de si, não é portanto algo que tenha surgido gradualmente.¹⁵

No parágrafo 341 da *Enciclopédia* de 1831 Hegel esclarece que está, neste trecho, abordando a questão da *generatio aequivoca*, ou geração espontânea, que ele constata mencionando os micoplânctons marinhos, e circunscribe sua aplicação apenas a casos desse tipo. Hegel está explicando, neste passo, o “processo da vivificação” (*Prozess der Belebung*), o qual não é “de fato processo da vida” (*eigentlicher Lebensprozess*).¹⁶ O processo da vida tem como pressuposto e condição fundamental o processo da vivificação, ou seja, é do surgimento sem-processo, espontâneo, dos pontos vivos fundamentais e de sua conjugação que o processo da vida irá se dar a forma da subjetividade. A rigor, tais pontos de vida não são vivos, mas a condição básica e exterior da vida — a qual, assim, ainda mantém sua idealidade, no sentido de que seu outro, seu pressuposto inorgânico imediato, se encontra vivificado antes mesmo de estar vivo.

Hegel indica que essas fases e tipos de vivificação da Terra têm relação com as sutis alterações no ângulo de inclinação de seu eixo em relação ao sistema solar, das quais teriam decorrido as revoluções na Terra e a formação de diferentes tipos de pontos de vida em diferentes fases. Tudo isso nos impediria o acesso às raízes históricas dos vivos, que estariam perdidas para todo o sempre — não fosse a descoberta do DNA como registro arqueológico precisamente dos nexos históricos do processo da vivificação. A geologia, à época de Hegel,

¹⁵ HEGEL, *Vorlesungen über die Philosophie der Natur* 1, p. 424.

¹⁶ HEGEL, *Vorlesungen über die Philosophie der Natur* 1, p. 430.

podia observar no microscópio os cristais minerais. Mas a biologia ainda estava longe de descobrir o DNA e muito mais longe ainda de saber utilizá-lo a seu favor.

Do que Hegel ensina neste ponto, poderíamos *inferir* o seguinte: a variação desses pontos de vida será tão mais infinita e contingente quanto mais bruta for a exterioridade, e essa variação servirá de base e fundamento para a também quase infinita variação das subjetividades vegetais e animais, tanto no sentido de que haverá múltiplos, quase infinitos, começos das formações vegetais e animais, cada um surgindo num contexto de contingência e acidentalidade singulares; quanto no sentido de que haverá variações dentro de uma mesma espécie, decorrentes da sedimentação de conjuntos diferentes desses pontos de vida — diríamos hoje, proteínas no DNA.¹⁷ Essa inferência decorre dos próprios parâmetros metodológicos que Hegel se propôs seguir em sua *Filosofia da natureza*, muito embora ela não podia ser contemplada cientificamente por Hegel, visto faltarem-lhe bases empíricas sólidas para tanto.¹⁸ Anterior ao detalhamento darwiniano do mecanismo da seleção natural das espécies, e anterior à descoberta dos parâmetros genéticos elaborados por Mendel, Hegel, que não queria dar asas à especulação combinatória dos schellinguanos, não tinha alternativa senão declarar-se: inclinado ao netunismo werneriano na geologia e ao vulcanismo humboldtiano na biologia.

3. Hegel entre a exposição e a ruína do alfa e ômega da *Filosofia da História*

O maior interesse da publicação das várias transcrições (*Nachschriften*) que documentam cada um dos cursos que Hegel ministrou em Heidelberg e Berlim é poder penetrar nos materiais disponíveis e no processo de construção dos Adendos (*Zusätze*) que os alunos e editores da obra póstuma de Hegel compuseram com o intuito de desdobrar os parágrafos crípticos da *Enciclopédia*, da *Filosofia do direito*, bem como dos cursos de Estética, História da Filosofia,

¹⁷ É importante lembrar que a teoria de Darwin, embora correta, ficou manca até que complementada pela influência da variação genética na reprodução, capaz de gerar pequenas variações suscetíveis de oferecer sucesso em certos ambientes adaptacionais, as quais seriam passadas para a prole, que crescerá à medida do sucesso adaptativo da variação. Digo isso para destacar que, embora Hegel tenha combatido as teorias especulativas (em mau sentido) da evolução, sua crítica não necessariamente deságua numa defesa nua e crua da fixidez das espécies orgânicas. Isso estaria em completo desacordo com seu método dialético-especulativo, em desacordo com o fato de que todas as formas naturais estão expostas ao tempo, bem como com a tradição naturalista que Hegel, contra os schellinguanos, quis defender, a saber, aquela de Herder e Goethe, pioneiros do pensamento da metamorfose das formas orgânicas no horizonte alemão — justamente aqueles que Kant tão ferinamente combateu, nas duas resenhas sobre as *Ideias* de Herder e em particular em sua *Crítica do juízo*, por considerar um abismo intransponível da razão a ideia de que as espécies naturais sofressem alteração.

¹⁸ Vale a pena mencionar aqui o excelente artigo de HARRIS, E. E., How final is Hegel's rejection of evolution?, in: Houlgate, S. (org.), **Hegel and the Philosophy of Nature**, Albany: SUNY Press, 1998.

Filosofia da História, Filosofia da Religião e sobre a Prova ontológica da existência de Deus. No caso da *Filosofia da Natureza*, trata-se do trabalho de Carl Ludwig Michelet (repblicado em GW24/3), que compôs os seus Adendos a partir de diversas transcrições dos cursos de Hegel então disponíveis. Em face da publicação filológico-crítica das transcrições de todos os cinco cursos sobre a *Filosofia da Natureza* ministrados por Hegel, a primeira coisa que salta à vista é que os Adendos de Michelet são compostos indiscriminadamente a partir das transcrições de todos os cursos, opção que, a despeito de seus vários méritos documentais, nos impede de acompanhar algumas sutilezas e diferenças no tratamento que Hegel deu a cada tema ao longo dos seus cursos.

Um desses casos que salta aos olhos se encontra justamente na explicação de Hegel sobre a natureza geológica e o processo da Terra. No curso de 1819/20, Hegel, ao abordar a questão da configuração das massas continentais da Terra, não se constrange em aplicar a relação conceitual ‘cometário-lunar’ – inicialmente utilizada para diferenciar simplesmente, de um lado, o mar e seus pontos de vida fosforescentes, de outro, a terra-firme e seus cristais — também para os próprios continentes, dizendo que o continente africano teria característica lunar e o asiático, cometária (do que se infere, combinatoriamente, que o continente europeu assumiria a característica planetária, e o americano, a solar).¹⁹ Esse complexo geológico se adéqua perfeitamente ao complexo histórico-mundial herderiano, e também perfeitamente às propostas de A. Humboldt de diferenciação racional das formas continentais de África, Ásia e Europa. Hegel, assim, se baseia inteiramente em Herder e A. Humboldt para, nas *Lições sobre filosofia da história*, dizer que a África é o começo do vir a ser do espírito (devido a sua característica lunar, cristalizada); a Ásia leva esse movimento adiante, especialmente pelas ondas migratórias (característica cometária); e a Europa alcança o tempero entre essas duas características opostas (característica planetária).

Mas o que observamos em todos os outros cursos de Hegel sobre a *Filosofia da Natureza* do período de Berlim é que Hegel nunca mais evoca a questão do caráter lunar da África e cometário da Ásia. Sua atenção se concentra em outros assuntos muito menos propícios a

¹⁹ HEGEL, *Vorlesungen über die Philosophie der Natur* 1, p. 137 (*Nachschrift* Ringier): “A África é por assim dizer (*gleichsam*) o lunar. A Ásia, o cometário, perambulante (*Schweifende*). Ela tem em si um meio (*Mittel*) que é simplesmente (*schlechthin*) inutilizável para Estados e Cultura. Ela produz copiosamente povos nomádicos que, de lá, se derramam sempre sobre os [outros] povos. Essa força elevada tem algo de marítimo, não pode ser arada. A Europa constitui o ocidente. Nela há o equilíbrio. As cadeias de montanhas insuperáveis são de todo algo insignificante. O processo [geológico] europeu é o processo do ir-adentro-de-si, do ausente de forma: o formável fundamenta a liberdade do espírito; formação/cultura (*Bildung*) mais elevada.”

asseverações especulativo-combinatórias, como p.ex. a formação dos cristais minerais analiticamente a partir do granito — quando se esforça por denunciar o arbítrio das hipóteses e deduções combinatórias do schellinguiano Steffens. Esse desvio do direcionamento da atenção de Hegel, porém, não fica registrado nos Adendos de Michelet, que dá, portanto, a impressão, talvez injustificável, de que o Hegel da terceira edição da Enciclopédia, de 1830, explicaria seus parágrafos de maneira exatamente semelhante ao que fizera no curso de 1819. O importante a observar, portanto, é que esses poderes (*Mächte*) da constituição do sistema solar (poder solar, planetário, lunar e cometário) deixam de ser tão liberalmente utilizados, como o eram na *Enciclopédia* de 1817, e vão cedendo lugar a complexos conceituais mais, digamos, empíricos e menos radicados nas especulações da filosofia da natureza schellinguiana.

Acredito que a razão desse pequeno desvio terminológico e aprofundamento da questão pode ser explicado levando em consideração que, em Berlim, Hegel trava conhecimento mais profundo do trabalho de Carl Ritter, professor de “*Erd-, Länder, Völker- und Staatenkunde*” na Universidade de Berlim desde 1820, quem, nos passos de A. Humboldt, inaugura para os alemães a geografia da África e da Ásia. Hegel é bem incisivo: “A imagem da África se encontra na geografia de Ritter” (*Das Bild von Africa findet sich in der Geographie von Ritter*).²⁰ Por isso, nos cursos berlinenses da *Filosofia da história* encontramos uma novidade em face do mesmo curso ministrado ainda em Heidelberg, que é o desdobramento da “Geografia da História Mundial” como propedêutica para a apresentação do curso da história mundial. Para diferenciar a sua Filosofia da História da de Kant e F. Schlegel, Hegel, em Berlim, a fundamenta sobre uma *Geographie der Weltgeschichte*. Este é mais um momento em que notamos a verve

²⁰ HEGEL, G.W.F., **Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte 2**, in: *Gesammelte Werke 27/2*, Hamburg: Meiner, p. 518. Ritter, com seu extenso volume sobre a África (de 1.121 páginas), pretende fornecer, em 1822, sustentação empírico-objetiva para a tese de que a história da humanidade se desenvolve do oriente para o ocidente. Eis aqui as primeiras palavras que ele tece sobre a África no célebre primeiro livro de sua *Geografia universal comparada*: “Mas entre ambos os polos [as terras temperadas do sol nascente e a do sol poente] encontra-se, na parte sul, voltada ao claro meio dia, a África, o Sudão da Terra [Ritter promete esclarecer a expressão adiante], sobre a qual paira o sol uniformemente do início até o fim do ano, sem a predominância daqueles padrões alternantes do ocidente e do oriente [*Abend- und Morgenlandes*], sem a preponderância da multiplicidade, que disputa entre si, na alternância da estação da primavera para o inverno, sem os contrastes do elevar-se e submergir-se desde o passado até o futuro, de forma tal que nem se realiza a natureza, tampouco a imaginação humana, dessa forma, mediante a atuação das oposições na natureza e nos homens, se excita e se abala rumo à presunção de uma eternidade e um mundo mais elevado. (...) Todos os povos do Sudão [sc. da África] parecem, na posse tranquila do claro meio-dia, estarem aprisionados apenas ao presente, o qual não é embelezado por nenhuma lenda da antiguidade cruel, não é perturbado por nenhum cuidado com o futuro e não porta nenhuma esperança de ser levado pelas asas da fantasia até o infinito.” (RITTER, C., **Die Erdkunde im Verhältnis zur Natur und zur Geschichte des Menschen, oder allgemeine vergleichende Geographie, Erster Teil, Erstes Buch: Afrika**, Berlin, 1822, p. 12.) Reproduzo este trecho para que se veja bem nitidamente como é funesta a inauguração da geografia africana na Europa, ainda inteiramente aprisionada no pré-conceito grego clássico sobre a inviabilidade da “zona tórrida” para o desenvolvimento da cultura.

materialista de Hegel: tal como na *Filosofia da Natureza* era o caso de fundamentar a química na geologia, na *Filosofia do Espírito* o caso será buscar fundamentar a Antropologia e a Filosofia da História no solo concreto da Geografia. O desdobramento do processo geológico e meteorológico da Terra é o palco – meio movediço, sem dúvida, mas no ritmo até pouco tempo atrás lento das eras – em que se apresenta e desenvolve a história do mundo.

Se essa é uma asserção que teve o maior interesse, na época (p. ex., para a constituição da arqueologia como ciência), e que ainda tem muito interesse para a nossa situação atual em face das emergências climáticas, ela, no entanto, no tempo de Hegel, em vista das barreiras ingentes em que se encontravam a nascente geologia e a geografia alemãs, produziu uma visão extremamente pobre e etnocêntrica da história do desenvolvimento da cultura humana sobre a Terra. Ou seja, mesmo que Hegel se distancie cada vez mais da combinatória schellinguiana e passe a se orientar pela ciência empírica em questão mais bem desenvolvida na época, o resultado ainda não é, visto pela ótica contemporânea, minimamente aceitável. A África e a América, a primeira por sua absoluta antiguidade geológica, a segunda por sua absoluta novidade geológica, foram assim postas *à margem da história*, que teria se desenvolvido, segundo essa visão (que radica, no debate alemão, em Leibniz e Herder), da Ásia para a Europa, da China à Índia, desta à Pérsia, aos povos semitas, ao Egito e à Grécia, depois até Roma e as potências ocidentais da Europa.²¹

Para Herder e Hegel o que está em questão não é que a geologia e o clima são condições que bloqueiam o desenvolvimento anímico de africanos e americanos. O que fica bloqueado, ou pelo menos *desacelerado*, são as condições de possibilidade para o estabelecimento de instituições sociais reprodutíveis e cumulativas ao longo do tempo e do espaço — o que igualmente é falso, como bem se sabe desde Levi Strauss e Pierre Clastres, e hoje mais intensamente que nunca.²² A pretensa uniformidade do planalto continental africano, as infinitas planícies asiáticas não forneceria, em semelhante quantidade, as facilitações à socialização *acelerada* dos povos e culturas que o mundo mediterrâneo apresenta, em especial o continente europeu, que alterna temperadamente montanhas e vales, e cujos rios e mares

²¹ HEGEL, *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte 2*, pp. 506 sq. (*Nachschrift* Kehler, 1824/25): “É em geral a zona temperada que precisa ser o teatro para o espetáculo da história mundial, e não é preciso que seja capaz disso a zona temperada em geral, mas a sua parte norte. Pois o continente é configurado de tal maneira que apenas no hemisfério norte ele é propriamente continental, ele é aqui um amplo seio, como diziam os gregos.”

²² WENGROW, D. e GRAEBER, D., *O despertar de tudo*, São Paulo: Cia das Letras, 2022; GOES NEVES, E., *Sob os tempos do equinócio* – Oito mil anos de História na Amazônia Central, São Paulo: Ubu, 2022.

facilitam, geologicamente, o estabelecimento e solidificação de fluxos comerciais-sociais. Articulando-se Ritter e Adam Smith, haveria, assim, razões geológico-meteorológicas para a riqueza das nações europeias, i.e., para que o processo de divisão do trabalho, interação social, expansão produtiva e comercial alcançasse seu ponto mais intenso na formação e consolidação dos estados nacionais europeus a partir do séc. XIV.²³

Nos primeiros momentos de sua aurora, a história do mundo que se quer basear, à maneira materialista, na geografia, geologia e meteorologia, não tem ainda condições de oferecer mais que uma explicação parcial, reducionista, unilateral e autointeressada de seus objetos. As projeções da Filosofia da História, não devidamente treinadas no método da ideia absoluta, prevalecem ainda sobre as objetividades (igualmente pouco fundamentadas) da Geologia, Meteorologia e Geografia – ciências que, no tempo de Hegel, estavam por assim dizer ainda na época de seu efetivo nascimento. Analisando com cuidado esse estado de coisas concludo o seguinte: que Hegel de fato não dá nenhuma contribuição significativa ou original — tampouco crítica — ao nexu conceitual estabelecido. Está inteiramente a reboque do que Herder, A. Humboldt e C. Ritter haviam proposto. Hegel talvez tempera reciprocamente a posição dos três, tenta organizá-las em conjunto, aparando aqui e ali algumas arestas, mas não dá nenhum passo além. Dizer que havia nuances profundas nesse debate e que Hegel acolheu apenas as teses mais racistas me parece um gritante casuísmo (para dizer o mínimo...), pois se pretende destacar Hegel justamente no momento em que ele está mais inteiramente a reboque do seu contexto. Poderíamos dizer que, no contexto da Geografia, bem como no contexto da discussão sobre as raças (em que Hegel também não tem em absoluto nenhuma contribuição significativa, mas apenas tempera e organiza o que Blumenbach, Kant e Herder estabeleceram), a ideia absoluta está tirando uma “soneca” — para evocar o “*sommeil anthropologique*” de que tratou Foucault; perdeu de vista o projeto de se reencontrar criticamente no material empírico. Essa “soneca” decorre, em parte, do fato de que tais contribuições em particular já não são

²³ RITTER, *Die Erdkunde im Verhältnis zur Natur und zur Geschichte des Menschen*, p. 62: “A África, por sua delimitação pelos mares, dá forma a um todo quase isolado em todos os lados, e por isso se aproxima maximamente de uma configuração terrena [*Erdgestalt*] completamente fechada em si mesma. A Ásia, nitidamente circunscrita pelo mar em três lados, constitui, em conjunto com a Europa, como que um tronco comum, que está muito menos separado da Europa que da África. A Europa, porém, em virtude de suas delimitações costeiras irregulares e repletas de baías, é mais variada que qualquer outra parte da Terra, é dividida internamente em membros, e sempre mais e mais quanto mais se distancia de seu amplo nexu com a Ásia. A África aparece como um tronco sem membros; a Ásia se mostra dividida em três lados, [mas] com a preponderância da massa do tronco; e a Europa é repartida por todos os lados, com a preponderância da massa dos membros sobre o tronco fechado dessa parte da Terra.” Na sequência do texto Ritter ilustra com detalhes como a geologia europeia é mais propícia ao temperamento e mediação das partes e à aceleração das trocas.

completamente avessas à visada historiográfica (o que ocorria notoriamente na matemática, na física e na química). Hegel já pode enxergar nelas as sementes do autorreconhecimento da ideia, e assim, entusiasta de tais inovações, que inauguravam a inserção atrasada dos intelectuais alemães na discussão científica europeia, contenta-se em deixá-las ao seu próprio desenvolvimento. Em suma: em tudo o que Hegel escreveu ou ensinou sobre Antropologia e Geografia não há, efetivamente, nada de particularmente hegeliano. O professor Hegel apenas relata a seus alunos o *status quaestionis* da discussão existente, e aponta indícios de que tal discussão possa se coadunar com seus próprios princípios sistemáticos, ou melhor, dá provas de que seus princípios sistemáticos foram forjados justamente no lastro dessas tentativas, que buscavam provar à Europa que a ciência no além-Reno havia enfim superado o “atraso alemão”. Mas não encontramos nada, em absoluto, nada que particularize Hegel nesse contexto, como é o caso, por contraste, em outras searas, p.ex. na *Fenomenologia do espírito*, na *Ciência da lógica* e na *Filosofia do direito*, quando Hegel funda a sua individualidade filosófica em intenso confronto com seus pares alemães.²⁴

Mas à medida que tais ciências de fato se desenvolveram e consolidaram, foram caindo por terra um por um os pilares que sustentavam a ideologia anterior. P.ex., o geólogo, botânico e zoólogo dinamarquês Peter W. Lund — que certamente terá se escolado em suas ciências mediante o contato com as discussões alemãs da Filosofia da Natureza — em viagem ao Brasil na década de 1830, ao penetrar no cerrado mineiro constata que se trata ali de um dos solos mais antigos de que se tem notícia, onde aliás mais tarde se encontrou o mais antigo fóssil humano das Américas.²⁵ Caía por terra o mito da novidade geológica do continente americano – mito que Euclides da Cunha, se o supera nos *Sertões*, ainda iria manter vivo em suas análises sobre o solo amazônico, quando retoma A. Humboldt para defender que tudo na Amazônia é novo e inconstante, impossibilitando-se definitivamente a cultura humana:

O homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem. (...) A Amazônia é talvez

²⁴ Pode-se explicar essa “soneca” também por uma questão metodológica: em ambos os casos, na Antropologia e na Geografia da História Mundial, trata-se, em termos do desenvolvimento do conceito, do momento da imediatidade, que ainda não foi trabalhado pela negação e pela negação da negação. Nesse sentido, a Antropologia (e a questão das raças) será negada pela Fenomenologia (o que se vê claramente no capítulo da Frenologia), e a Geografia da História Mundial será negada pelo desdobramento crítico da história europeia moderna, na qual Hegel desvenda a má-infinitude do colonialismo europeu.

²⁵ HOLTEN, B. e STERRL, M, **P. W. Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

a terra mais nova do mundo (...). Nasceu da última convulsão geogênica que sublevoou os Andes, e mal ultimou o seu processo evolutivo com as várzeas quaternárias que se estão formando e lhe preponderam na topografia instável. Tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência – e que é como que a grande lógica inconsciente das cousas.²⁶

Outro elemento importantíssimo para quebrar em parte a narrativa então hegemônica foi o estabelecimento da egiptologia moderna na Europa. Depois da expedição científico-militar de Napoleão Bonaparte ao Egito (1798-1801),²⁷ e acompanhando os fascículos da *Description de l’Egypte* (1809-1829), que publicavam os documentos e ilustrações acumulados na expedição, a Europa de repente foi por assim dizer inundada de informações de primeira mão sobre a cultura egípcia. Tratava-se de um feito notório, pois, até aquele ponto, a Europa tinha quase apenas em Heródoto e Diodoro a totalidade de suas fontes sobre o Egito.²⁸ Hegel parece mencionar a *Description de l’Egypte* segundo o *Nachschrift Hube* (1826/27),²⁹ mas não vê ali mais do que “obras externas, monumentos mudos, sem voz. Falta-nos o meio principal para penetrar no mundo e na intuição interior, falta-nos uma obra que provenha da língua do Egito. Eles não têm um Homero, não têm um poema nacional”.³⁰ Baseado na mais completa ignorância, Hegel conclui: “O que é propriamente *a priori* é que os egípcios souberam se expressar em obras, hieróglifos, não em maneira discursiva: a musa da língua não tinha neles residência”.³¹ Hegel, em 1826/27, desconhece completamente que Jean-François Champollion, em 1822, alcançou decifrar a Pedra de Roseta, identificando o nexos entre certos símbolos e certas letras e assim inaugurando o acesso ao conteúdo linguístico dos monumentos e hieróglifos egípcios, conteúdo esse absolutamente inacessível até ali. Em 1836, Hegel já

²⁶ DA CUNHA, E., *À margem da história*, São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 39-41.

²⁷ BRET, P., *L’Egypte au temps de l’expédition de Bonaparte (1798-1801)*, Paris: Hachette Littératures, 1998.

²⁸ No que concerne à religiosidade de outros povos africanos, embora Hegel já dispusesse de mais fontes, o diagnóstico de Heródoto também parece fornecer o enquadramento fundamental. Sobre os povos do interior da antiga Líbia, diz Heródoto: “uma nação de feiticeiros” (γόητας – notar que se trata de um conceito em nada semelhante ao do Μάγος, o mago persa do zoroastrismo) (HERODOTUS, **The History**, in: *Great Books of the Western World*, Chicago: Enciclopaedia Britannica, 1952, livro 2, cap. 33, p. 56). E Hegel: “Os africanos do interior são todos feiticeiros (*Zauberer*). As potências da natureza lhes dão medo, o rio lhes pode devorar, o terremoto, destruir; o crescimento da colheita, dos frutos das árvores, depende das tempestades, da chuva, a estação seca não pode durar muito. Mas esses rios, sol, lua, árvores, animais lhes valem, de um lado, como potências, mas como tais que não têm atrás de si uma lei eterna, uma provisão, essa potência natural fixa; ao contrário, são para eles potências sobre as quais o ser humano pode de novo, de alguma maneira, tornar-se mestre.” (HEGEL, *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte* 2, p. 519)

²⁹ HEGEL, G.W.F., **Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte** 3, in *Gesammelte Werke* 27/3, Hamburg: Meiner, 2019, p. 951sq.

³⁰ HEGEL, G.W.F., *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte* 3, p. 952.

³¹ HEGEL, G.W.F., *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte* 3, p. 953.

falecido, Richard Lepsius está em condições de sustentar em detalhe a hipótese acerca da origem e da afinidade entre os alfabetos semítico, sânscrito, etiópico, persa-antigo e egípcio-antigo (bem como sobre a afinidade dos numerais (*Zahlwörter*) nas línguas indo-germânica, semítica e copta). A origem dessa afinidade se encontra nos hieróglifos egípcios, raiz tecnológica de onde os demais alfabetos se desenvolveram.³² Precisamente a barreira que impedia Hegel (e toda a sua época) de olhar do outro lado do espelho, agora era superada. Não apenas se pôde acessar, então, a língua egípcia antiga, o que já era um feito gigantesco, como também, o que é ainda mais sério, se descobriu que os hieróglifos egípcios documentam os mais remotos esforços humanos no sentido da sistematização de um alfabeto, e correspondente cosmologia, em terreno racional, tendo servido de modelo para o alfabeto hebraico e sânscrito, possivelmente até para a ideografia chinesa (segundo a arcaica hipótese de Golius). Em 1842-45, o mesmo Lepsius coordena e documenta uma expedição prussiana ao Egito.³³ É bem conhecido o caráter imperialista das expedições científicas dessa época, que em certo sentido equivaliam a grupos de ladrões eruditos, que roubavam peças de altíssimo valor e as levavam aos museus europeus, com a desculpa de que assim os salvavam à história. Mesmo assim, ou melhor, quase a despeito de si mesmas, elas trouxeram à tona a possibilidade de uma verdadeira revolução copernicana para a disciplina da história mundial.

Hegel, que morreu antes de que tais inaugurações se deflurassem, não tinha à mão informações extensas e confiáveis sobre o Egito ou sobre a América. Sua fonte principal sobre

³² “A história do alfabeto semítico, que aqui desdobrei em seus traços essenciais, nos fez retornar até os primeiros começos (*Uranfänge*) da própria linguagem. Encontramos que o ordenamento desse alfabeto corresponde bem, e desde as primeiras letras, ao desenvolvimento histórico do órgão-linguístico (*Sprachorganismus*). Mas está de acordo com a razão assumir que esse ordenamento foi criado e estabelecido enquanto os fonemas na língua já tinham todos se configurado completamente? *Quem quisesse afirmar isso precisaria pressupor para aquele tempo uma especulação verdadeiramente sobre-humana, sem considerar nenhuma vez que mesmo a mais alta especulação, que é a finalidade de toda ciência, aprende apenas a conceituar o que já está presente, mas não alcança trazer à tona nenhum produto tal como teria surgido da mão da própria natureza.* Um tal produto teria sido esse alfabeto, se um intelecto humano tivesse, num só golpe, adquirido para si um desenvolvimento linguístico já consumado. Ele [porém] só pode ter se configurado tal como o encontramos, gradual e simultaneamente com [o desenvolvimento da] língua. (...) Se assumimos que – e uma ponderação madura nos parece de todos os lados direcionar para isso – também o alfabeto semítico-índico, bem como todos os outros, remonta a uma tal escrita figurativa, então nos hieróglifos egípcios é que vemos esse estado primitivo ainda cristalizado, e podemos disso esperar que a escrita egípcia nos poderia demonstrar ou comprovar esse estado primitivo do desenvolvimento da escrita alfabética.” (LEPSIUS, R., *Zwei sprachvergleichende Abhandlungen*, Berlin, 1836, p. 58 – grifo meu) Interessante notar como em particular o conceito hegeliano de especulação parece operar como instrumento teórico fundamental nessa virada iniciada por Lepsius.

³³ LEPSIUS, R., *Denkmäler aus Aegypten und Aethiopia*, nach der Zeichnungen der von seiner Majestät dem Könige von Preussen Friedrich Wilhelm IV nach diesen Ländern gesendeten und in den Jahren 1842-1845 ausgeführte wissenschaftlichen Expedition, Berlin, 1848; LEPSIUS, R., *Briefe aus Aegypten, Aethiopia und der Halbinsel des Sinai*, Berlin, 1952.

o Egito, como disse, era Heródoto — em cuja *História*, sabidamente, não se pode fiar por completo, muito embora teça um relato razoavelmente benevolente sobre o Egito em particular, aliás qualitativamente muito mais avançado que a visão dos geógrafos jônicos de seu tempo, ao ponto de defender sem reservas a antiguidade originária do povo egípcio, e que boa parte da mitologia grega decorria da egípcia.³⁴ Sobre a cultura chinesa e indiana e persa, por outro lado, Hegel tinha à mão uma quantidade muito mais significativa de estudos e reflexões aprofundadas: os estudos de Leibniz sobre a teologia natural dos chineses e sua correspondência com os missionários jesuítas sediados na China;³⁵ as extensas contribuições de Herder dispostas no *Auch einer Philosophie der Geschichte* e nas *Ideen*; os aportes de Goethe no que toca em particular à cultura árabe e persa, exploradas no *West-östlicher Diwan*; os mais recentes mergulhos de F. Schlegel e W. Humboldt na filologia do sânscrito, dos quais viriam brotar, um pouco mais tarde, as primeiras tentativas de reconstrução hipotética do proto-indo-europeu — o que, naquele tempo, parecia forte indício de que as fontes mais remotas da cultura humana estariam em algum lugar entre a Pérsia e a Índia. Se Hegel supusesse que, ao contrário, a cultura humana (via alfabeto, numerais e demais instrumentos sociais) desce do centro do planalto africano pelo Nilo e vai do nordeste da África para o Levante e daí, de um lado, nos barcos fenícios, para a península helênica e Europa adentro e, por outro, para a Pérsia, Índia, até a China, ele estaria especulando, em mau sentido, i.e., sem se basear em qualquer estudo existente aceitável — já que Heródoto definitivamente não contava como fonte segura —, algo que Hegel, em contraste aos métodos combinatórios dos schellinguianos, não estava disposto a fazer. Nos cursos de Berlim, Hegel chega a dizer, neste caso seguindo Heródoto e Herder, e baseando-se na tese de A. Humboldt e C. Ritter sobre a maior antiguidade geológica do continente africano, que a cultura africana é o *prius* da história mundial; mas, agora distanciando-se do historiador grego e se aproximando das fontes que julgava mais “seguras” de sua época, este seria um *prius* que, enquanto começo e não de fato princípio, ainda está completamente indeterminado, vazio, quase identificado com ou sobrepujado pela natureza exterior. Trata-se de um ponto de partida em que o *começo* é feito, mas aquilo que começa só

³⁴ No livro 2, Heródoto aborda algumas vezes a questão da pretensão egípcia de ser a mais antiga das etnias humanas, e parece corroborá-la sem reservas: “acredito que os egípcios existiram sempre desde que surgiu o gênero humano” (γενέσθαι αἰεὶ τε εἶναι ἐξ οὗ ἀνθρώπων γένος ἐγένετο) (HERODOTUS, *The History*, livro 2, cap. 15, p. 52). Sobre o povo etíope, vale notar, Heródoto repete várias vezes, mesmo sem tê-los visitado, que seriam “os mais altos e belos seres humanos em todo o mundo” (μέγιστοι καὶ κάλλιστοι ἀνθρώπων πάντων) (id., livro 3, cap. 20, p. 93).

³⁵ LEIBNIZ, G.W., **Escritos de Leibniz sobre a China**, Campinas: Editora Phi, 2016.

de fato o faz, e se faz *princípio*, ao superar esse começo e sair dele. Daí que, para Hegel, se a África é o *prius* no sentido da *Naturgeschichte* (*historia naturalis*) da humanidade, ela não o seria no sentido estrito da *Weltgeschichte* (*res gestae*), a qual, pretensamente, a se seguir o curso hipotético do tronco linguístico do indo-europeu, nasceria no leste e se põe no oeste. No entanto, depois que Champollion e, no horizonte alemão, Lepsius, recolocaram o Egito, e com ele a África, na história, e mais, na posição de seu princípio e modelo técnico fundamental, torna-se forçoso aceitar que a África é esse *prius* em ambos os sentidos (começo e princípio) e que, portanto, caía por terra a projeção etnocêntrica antiga (radicada também na Bíblia) de que o espírito do mundo nasce no oriente e se põe no ocidente. Trata-se, aqui, de uma verdadeira revolução copernicana, em face da qual a revolução de Copérnico e Kepler quase empalidece, como se fosse um mero feito de abstração...

Contra tão ingentes ameaças à ideologia etnocêntrica hegemônica e seu sentido da história levantou-se de diversas maneiras a contrarrevolução conservadora, i.e., o positivismo e a pseudociência racialista do séc. XIX, em particular com Spencer e Gobineau. Buscou-se inclusive desligar o Egito da Etiópia e do resto da África, no intuito de embranquecê-lo, a fim de que não coubessem aos africanos a honra de terem gerado as primeiras sementes da técnica e da sabedoria humanas. Mas tais esforços, com o tempo, se mostraram terrivelmente ineficazes para impedir a revolução copernicana em curso. A obra magna de Karl Marx, *O capital*, exerceu neste contexto, a partir de um direcionamento diferente, propriamente econômico, um papel não menos essencial. Se Carl Ritter e Hegel, na esteira de Adam Smith, buscavam na história natural e nas condições geológicas da Europa os fundamentos explicativos últimos para a riqueza das suas nações, Marx irá desnaturalizar por completo esse destino europeu mediante o deciframento do “mistério da acumulação originária”, i.e., ao detalhar quais foram os meios demasiado históricos, extremamente violentos, mediante os quais as nações europeias tomaram aos muçulmanos suas rotas comerciais, barrando-lhes trezentos anos de expansão sobre quase todo o “mundo conhecido”; ampliaram-nas com as caravelas e incrementaram-nas substancialmente com a colonização da América e a escravização intensiva dos povos africanos (dando início à forma moderna, a rigor capitalista, de escravidão); até enfim dar forma e amplitude ao mecanismo de enriquecimento “infinito” e dominação mundial, a maquinaria e a grande indústria. Em vista disso, dizer que a África esteve à margem da história (da história moderna da colonização do mundo pela Europa) seria em absoluto falso, visto que o êxodo forçado de muito mais que apenas o excedente da força de trabalho africana, escravizada, foi

em larga medida responsável, simultaneamente, de um lado pela aceleração da autovalorização dos capitais europeus e consequente formação e estabilização de suas instituições estatais modernas, e de outro pelo bloqueio perene ao desenvolvimento “natural” da economia e da história dos povos da África. Nesse sentido, seríamos levados a concluir que os povos cuja constituição histórica documentam o *prius* da humanidade foram justamente aqueles obrigados a pagar o preço mais caro — o de prestarem seus corpos para a manifestação histórica da categoria do trabalho abstrato³⁶ — para que o modo de produção capitalista europeu estabelecesse para si o seu próprio *prius*. Assim desnaturalizada, a riqueza das nações europeias de repente perdeu o brilho de sua ilusão, e as crises e problemas sistemáticos do capitalismo em expansão, que a economia política da época deixava de lado como meros acidentes de percurso, que não colocavam em xeque a funcionalidade do mecanismo, foram então demonstrados por Marx como revelando a essência violenta, antinatural e, embora sistêmica, arbitrária e despótica da autovalorização do capital e sua forma de dominação mundial.

A “redescoberta” do Egito, da qual decorreu a inauguração de um olhar radicalmente diferente sobre as culturas antes deixadas à margem da história, especialmente as africanas e ameríndias,³⁷ de um lado; o desmonte da longeva ilusão sobre a razão “natural” da riqueza, complexidade e solidez das nações europeias, de outro, bloquearam em conjunto todas as saídas. Desmascararam todos os disfarces de que se servia até então a Filosofia da História europeia. Lepsius de um lado, Marx, do outro – com todos os poréns que também se pode levantar contra suas posições – puseram abaixo o falso princípio e o falso fim, *o alpha e o ômega* da Filosofia da História europeia e sua ilusão de evolução social (cristalizada no esquema: catadores e coletores, depois a introdução da agricultura, intensificação da divisão do trabalho e surgimento dos grandes impérios unificados). Em ambos os casos, e certamente em contradição consigo e seu tempo, Hegel contribuiu significativamente. Ao recusar a especulação combinatória dos schellinguianos, ao se esforçar por dar forma filosófica ao mais avançado saber empírico disponível em seu tempo, Hegel deu expressão filosófica aos exatos

³⁶ O geólogo inglês John Mawe publicou em 1812 um dos primeiros relatos de maior circulação sobre a extração portuguesa de diamantes na Vila do Tejuco (hoje a cidade de Diamantina), em particular sobre um dos maiores sítios de trabalho da região, a celebrada Mandanga, situada no rio Jequitinhonha, na qual o governo então empregava – sob estranha forma de trabalho assalariado – regularmente mil, em certas ocasiões dois mil africanos escravizados: “Os negros empregados nesses trabalhos são propriedade de indivíduos, que os alugam (*let them to hire*) pelo custo diário de três vinténs de ouro, o governo fornecendo-lhes víveres.” (MAWE, J., **Travels in the interior of Brazil particularly in the gold and diamond districts of that country, by authority of the Prince Regent of Portugal**, London, 1812, p. 223)

³⁷ Para citar um texto bem próximo dos de Lepsius, e que dá indícios dessa redescoberta: BRAUNSCHWEIG, D. v., **Über die Alt-Amerikanischen Denkmäler**, Berlin 1840

limites que o sentido histórico contemporâneo precisou suspender no caminho de levar a sério a proposta de refundar materialistamente a Filosofia da História mediante a sua conjugação empírica com a Geografia e a Economia política.

4. Excurso sobre Bernasconi, James, Knappik et al.

As seções 2 e 3 deste ensaio foram apresentadas, quase na sua forma atual, no último Congresso da Sociedade Hegel Brasileira, realizado na UnB em novembro de 2023. Em abril e maio deste ano, quando buscava dar forma final ao texto, tomei notícia de duas publicações recentes da prestigiosa revista do hegelianismo anglofônico, o *Hegel Bulletin*, as quais abordam temas caros a este meu esforço, mas com finalidades contrárias. Tais finalidades me pareceram na verdade tão contrárias, apesar de tratarmos quase das mesmas fontes primárias, que julguei pertinente acrescentar aqui um brevíssimo excurso. Trata-se do artigo de Robert Bernasconi, intitulado “Hegel and Egypt’s African Element”, e do artigo de Daniel James e Franz Knappik, intitulado “Exploring the Metaphysics of Hegel’s Racism: The Teleology of the ‘Concept’ and the Taxonomy of Races”.³⁸

Ambos parecem tomar o seguinte raciocínio como ponto de partida fundamental: se o racismo anti-negro é essencial para história mundial de Hegel, e se Hegel é, por definição, o filósofo cuja característica fundamental é a relevância da história para o seu pensamento, então o racismo anti-negro é uma parte integral do pensamento filosófico hegeliano, não apenas algo marginal e que poderia ser deixado de lado. Esse raciocínio parece ter lógica, e ele é extremamente eficaz para persuadir aqueles que muito pouco conhecem da *Filosofia da história*, e nada ou quase nada conhecem da *Ciência da lógica*, da *Fenomenologia do espírito* e da *Filosofia do direito*. Ou seja, temos aqui a receita de bolo para o sucesso viral das teses de Bernasconi, James e Knappik. Mas não é surpresa alguma que qualquer pessoa que tenha se demorado no efetivo estudo dessas obras mencionadas de Hegel sente imediatamente algum mal-estar ou enjoo diante de tais conclusões demasiado rápidas — que, para combater a caricatura dos povos da África e América abonada por Hegel, oferecem-nos uma caricatura da filosofia de Hegel. Bernasconi et al. certamente diriam que tal *malaise* advém da resistência que naturalmente os e as pesquisadoras teriam em ver desnudado e desmascarado o racismo de

³⁸ Refiro-os na ordem em que deles tomei conhecimento: BERNASCONI, R., Hegel and Egypt’s African Element, in: **Hegel Bulletin**, n. 45, v. 1, 2024, pp. 6-22; JAMES, D. e KNAPPIK, F., Exploring the Metaphysics of Hegel’s Racism: The Teleology of the ‘Concept’ and the Taxonomy of Races, in: **Hegel Bulletin**, n. 44, v. 1, 2023.

seu “herói”. Mas nisso acredito que se enganam redondamente. Poucos, ou ninguém, poderiam, hoje, com justiça ou paz de consciência, defender que Hegel, ou Kant ou Fichte ou Schelling ou Schopenhauer estariam isentos de qualquer mancha decorrente do racismo estrutural anti-negro que povoou o imaginário europeu desde o século XIV até recentemente, e sobre o qual se basearam as diversas formas de justificativa da escravização dos povos africanos, no passado, e se baseiam até hoje as tentativas de explicação sobre a razão pela qual imigrantes africanos, árabes e latinoamericanos continuem excluídos dos direitos de cidadania defendidos pelos países “ocidentais”. Acredito, portanto, que estariam completamente fora de lugar quaisquer leituras que tentassem retratar Hegel, ou qualquer outro autor daquela época, sob o brilho de um heroísmo completo. Nós, brasileiros, dada nossa história colonial, estamos todos cansados de saber que, no que concerne à relação de europeus e norte-americanos com os povos periféricos, a regra sempre foi o racismo. Daí que não haja, de fato, pelo menos para nós, periféricos, nenhuma enorme surpresa em que Hegel não tenha se esforçado minimamente para ter qualquer tipo de empatia com os povos supostamente deixados “à margem da história”. Isso apenas confirma a regra esperada, infelizmente. Nem mesmo Herder e seu método da *Einfühlung*, que lhe permitiu abolir o conceito das raças da Antropologia, foi capaz de estender aos negros a benevolência da sua empatia. Basta ler com cuidado os trechos sobre a África nas *Ideias* de Herder. Mas o que me parece é que o racismo anti-negro, embora seja um dos elementos explicativos desse estado de coisas, não esgota a explicação, nem nos torna efetivamente mais sabidos.

Acredito, portanto, que o *malaise* mencionado vem de outro lugar. Pois quem já se dedicou a pesquisar mais intensa e extensamente a filosofia hegeliana sabe que, precisamente na *Fenomenologia do espírito* ou na *Ciência da lógica*, ou mesmo na *Filosofia do direito* (i.e., desde que lida a partir de um diálogo com a *Ciência da lógica*), Hegel ensina a ir além dos pressupostos racistas e colonialistas em que estiveram presos ele e a série de geógrafos e antropólogos em que se baseou para compor o início de sua *Filosofia da história*. Na última seção apenas indiquei sumariamente como o conceito hegeliano de especulação teria aberto os caminhos para que Lepsius dinamitasse o mito da originalidade ou arcaicidade do alfabeto hebraico e do sânscrito. Foi, portanto, também a partir de instrumentos teóricos hauridos da *Fenomenologia do espírito* e da *Ciência da lógica* que Lepsius foi além de Hegel e, contra ele e toda a sua época, pôs por terra o alfa da filosofia da história europeia do período clássico. Igualmente, foi o instrumentário elaborado por Hegel na *Filosofia da natureza* extremamente

importante para que Lund alcançasse refutar o mito humboldtiano da absoluta novidade geológica do continente americano. E foi também a partir do e contra o instrumentário elaborado por Hegel na *Ciência da lógica* e na *Filosofia do direito* que Marx pôs por terra o ômega da filosofia da história do período clássico europeu, desnaturalizando por completo a justificativa de Adam Smith et al. para a riqueza das nações europeias ocidentais.³⁹

Bernasconi et al., porém, parecem muito dispostos a impedir por completo essa possibilidade, tão fértil para a filosofia crítica: a da autossuperação hegeliana de Hegel — ou crítica imanente.⁴⁰ Pode bem ser o caso de que Bernasconi et al. vejam com maus olhos a vaga hegeliana que tomou de assalto a filosofia anglo-saxã e, na impossibilidade — por ignorância e/ou falta de empatia — de acertar as contas com os móveis originais desse vergalhão, oriundos da *Fenomenologia do espírito*, da *Ciência da lógica* e da *Filosofia do direito*, tenham decidido surfar na onda decolonial e impugnar todo o espectro da filosofia hegeliana a partir do patente racismo encontrado nas *Lições sobre filosofia do espírito subjetivo* e nas *Lições sobre a filosofia da história*.

A visão ciclópica de Bernasconi sobre Hegel, em particular, lhe bloqueia inteiramente o acesso àquela que seria propriamente a tese histórico-filosófica de Hegel, mais ou menos despojada de sua ganga racista, acerca da passagem do mundo egípcio para o mundo persa e grego. Basta uma mirada de relance sobre as profundas transformações institucionais e religiosas ocorridas no setor “globalizado” do mundo ao longo dos sécs. VI e IV a.C. — p. ex. a consolidação do zoroastrismo na Pérsia, da religião vedanta e em seguida budista na Índia, do taoísmo e em seguida do confucionismo na China —, para se reparar que, nitidamente, vinha à tona naqueles séculos não apenas novas religiões e novos atores geopolíticos, mas um novo tempo histórico, uma nova experiência da historicidade do tempo. A história que caminhou através de três milênios e 333 faraós no ritmo lento e cíclico, quase eterno, das inundações do Nilo, de repente se acelerava vertiginosamente: o imperador persa Cambises subjuga em 525 a.C. o Egito; em 479 a.C. os gregos põem fim à investida de Xerxes contra a península helênica e se alçam ao ápice de sua época clássica; mas já em 431 a.C. se inicia a Guerra do Peloponeso,

³⁹ Sobre esse último ponto, indico em especial dois artigos: MÜLLER, M. L., Exposição e método dialético em *O capital*, in: Müller, M. L., **Ensaios filosóficos 1: entre Marx e Hegel**, Campinas: Editora PHI, 2024, pp. 51-76; e MÜLLER, M. L., A democracia em Marx: o contexto do surgimento e a ambivalência do conceito, in: Müller, M. L., **Ensaios filosóficos 1: entre Marx e Hegel**, Campinas: PHI, 2024, pp. 87-110.

⁴⁰ Indico aqui, como contraponto, o excelente artigo de Erick Calheiros Lima: LIMA, E. C., Hegel contra Hegel: Eurocentrism, Colonialism, and Progress, in: **Hegel Bulletin** (Published online 2024:1-28. doi:10.1017/hgl.2024.8).

com suas consequências conhecidas para o mundo grego; em 334 a.C. Alexandre da Macedônia invade a península helênica e em 332 a.C. toma aos persas o Egito e mais tarde a própria Pérsia... Grandes alterações de imensa magnitude irão daí em diante se sobrepor em ritmo lancinante, de modo a desabonar peremptoriamente qualquer esperança de que uma relativa estabilidade como a do antigo império egípcio,⁴¹ que, apesar de suas cisões internas e disputas (foram 33 dinastias que não se sucederam sempre pacificamente), pôde acumular três mil anos de constitucionalidade estatal.

É evidente, portanto, que o tempo histórico se acelerou e intensificou substancialmente. E é essa intensificação e esse adensamento, que torna mais pungente e acelerada a experiência da historicidade do tempo, e que se desencadeou depois que o império egípcio perdeu seu poder sobre o “mundo conhecido”, o que Hegel quer chamar de princípio (e não apenas começo) efetivo da *Weltgeschichte*. É claro que o Egito antigo teve, não apenas o passar do tempo, mas uma história, períodos de adensamento e alargamento do curso do tempo histórico. Heródoto assegura, inclusive, que os egípcios, “muito mais do que qualquer outro povo no mundo, se devotam à preservação da memória dos feitos passados, e são, dentre todos os homens que já vi, os mais exercitados em história”.⁴² Mas, depois de dois mil e quinhentos anos de sucessivas colonizações (persa, alexandrino-ptolomaica, romana, árabe, turco-otomana, francesa, inglesa), perdeu-se, para a época de Hegel, o acesso ao que seria a história interna dos egípcios antigos, contada por eles próprios, e se passou a considerar como inteiramente fantasioso o relato de Heródoto, em especial aquele sobre as conquistas militares do faraó Sesóstris, certamente mais amplas que as de Cambises e Dario (Heródoto, 1952, livro 2, caps. 102-110, pp. 69s⁴³). Só a arqueologia moderna é que reinaugurou um acesso a essa outra história, e, por tabela, à história dos povos pré-colombianos, asiáticos etc. Mas é igualmente inegável que tenha havido, no período em questão, uma alteração qualitativa significativa, uma aceleração notável no ritmo

⁴¹ Heródoto dá testemunho dessa experiência pungente de um tempo-histórico acelerado nas primeiras páginas de sua *História*, logo antes de iniciar a lenda do rei Croesus e seu célebre diálogo com Sólon: “Pois as cidades que antes foram grandes tornaram-se, em sua maioria, insignificantes; e aquelas que no presente são poderosas eram fracas no tempo passado. Por isso eu discorrerei sobre ambas, convencido de que a felicidade humana nunca fica parada num só lugar.” (HERODOTUS, *The History*, livro 1, cap. 5, p. 2).

⁴² HERODOTUS, *The History*, livro 2, cap. 77, p. 64.

⁴³ Nei Lopes esclarece que Heródoto não diferenciar entre os três Sesóstris (Sensuret) da XII dinastia egípcia (1900-1785 a.C.), tomando-os equivocadamente por um só faraó, e ainda lhe atribuiu erroneamente os grandiosos feitos militares alcançados na verdade por Tutmés III (1480 a.C.) e Ramsés II (1290-1225 a.C.). Tais “conquistas foram desacreditadas a partir do séc. XIX de nossa era: para o racismo da época, era inconcebível que um monarca africano pudesse empreender expedições militares não apenas ao Levante (orla do Mediterrâneo oriental), como também à Ásia Menor (extremidade ocidental da Ásia) e à Europa.” (LOPES, N., **Dicionário da antiguidade africana**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 274; verbete Sensuret)

de interação das placas tectônicas da história mundial, um desses momentos em que o lento acúmulo quantitativo (no caso, toda a história da ascensão e decadência do império egípcio antigo) de repente engendra uma mudança “repentina”, tal como a água, atingindo certa temperatura, de repente muda de estado. E é esta alteração qualitativa (e tantas outras) que Hegel, aos trancos e barrancos, nos ensina a descortinar em sua *Filosofia da história* — i.e., a quem se dispõe a lê-la contra a concepção que o próprio Hegel tinha dessa parte de seu sistema.

No que concerne agora à visão ciclópica de Hegel difundida por James e Knappik, vejo que ela é de fato um grau mais nociva do que a de Bernasconi, pois se arroga uma aparência de pesquisa englobante (e não rasamente seletiva como a de Bernasconi) ao pretender demonstrar no núcleo duro do método dialético especulativo de Hegel, i.e., na *Ciência da lógica*, a última base, o fundo metafísico do seu racismo. Essa aparência, todavia, só engana quem não tem conhecimento aprofundado da *Ciência da lógica*. Mas como essa obra de Hegel mal começou a ser lida em língua inglesa, James e Knappik sabem que poderão contar com larguíssima audiência para o absurdo que propõem em roupagem de análise refinada. O cerne do argumento consiste em dizer que a teoria hegeliana do silogismo, ao propor uma disjunção entre os momentos do conceito (universalidade, particularidade e singularidade), assenta as bases “metafísicas” para que Hegel explique por que aos africanos caberia uma humanidade apenas em-si (universalidade abstrata), aos asiáticos uma humanidade para-si (particularidade) e aos europeus enfim a humanidade em-si e para-si (singularidade concreta). Tal argumento parece ter lógica, pois, como vimos, ao seguir *ipsis litteris* o geógrafo Ritter, Hegel abona sem reservas essa disjunção.

Desvendemos, porém, e mui sumariamente, posto que ela é quase banal, a aparência. Em primeiro lugar, basta observar o quão gritantemente problemática é a leitura geral que James e Knappik oferecem do papel da *Lógica* na filosofia de Hegel. Eles a consideram não como o local onde Hegel desdobra a ideia do método dialético-especulativo, mas como a exposição de uma metafísica ou ontologia (pré-crítica) que apresenta as estruturas fundamentais do mundo existente. Em seguida, basta se lembrar que todas as tríades da *Ciência da lógica*, inclusive a sua interna divisão tripartite, não são mais que exemplos da disjunção fundamental do conceito em universalidade, particularidade e singularidade. P.ex.: a) o puro ser é a negatividade (ou abstração) em sua universalidade abstrata, em-si, o puro nada é a negatividade em seu processo de particularização (no nada a negatividade tem o seu para-si) e só o puro devir é que alcança o em-si e para-si, ou a singularidade da negatividade concreta – que então “estala” no ser-aí; b)

a “Doutrina do ser” contém a subjetividade ou liberdade do conceito ainda no seu em-si, a “Doutrina da essência” eleva tal subjetividade/liberdade ao nível do para-si (ou das determinações da reflexão), e a “Doutrina do conceito” desenvolve essa subjetividade/liberdade do conceito em-si e para si. Na seção 2, apresentamos o mesmo raciocínio para diferenciar e explicitar o nexos progressivo-retrocedente entre os três capítulos do “Conceito objetivo” e da *Filosofia da natureza*, bem como das partes da “Física orgânica” (geologia, botânica e zoologia). Não há, em suma, raciocínio hegeliano que escape a esse enquadramento formal-abstrato, inclusive o nexos entre *processo da Terra e história do mundo*: se Hegel viu racionalidade na doutrina humboldt-ritteriana sobre as diferenças geológicas dos continentes africano, asiático e europeu, e se a história do mundo se dá sobre esse palco em formação que é a Terra “viva”, então a história do mundo está restrita a acompanhar as condições que o processo da Terra lhe oferece, e haverá diferenças internas no processo de desenvolvimento da autoconsciência da liberdade.

No entanto, se formos seguir rigorosamente o que Hegel propõe em sua teoria do silogismo, seremos forçados a concluir que, mesmo em sua disjunção, mesmo quando se diferencia de si em seus fatores (universalidade abstrata e particularidade abstrata), o conceito ainda é, inteiramente, conceito, i.e., ainda está junto de si em relação recíproca com o seu “outro”.⁴⁴ O puro ser e o puro nada não são menos conceito que o puro devir; a “Doutrina do ser” ou a “Doutrina da essência” não são menos *Ciência da lógica* que a “Doutrina do conceito”. Portanto – e em radicalíssima oposição às conclusões a meu ver arbitrarias de James e Knappik –, quanto mais levarmos a sério a teoria hegeliana do silogismo, tanto mais seremos forçados a rechaçar como inválidas as separações estanques e funestas da Geografia da época de Hegel, e a concluir que cada um dos povos humanos, não importando as diferenças tecnológicas, sociais ou econômicas que se apresentem, resume em si a humanidade inteira, pois é a totalidade da humanidade que está presente em cada uma de suas manifestações no espaço e no tempo. Mas o próprio Hegel não vai tão longe, objetarão. Respondo: as barreiras históricas das ciências empíricas em que se baseava para lecionar, em particular sobre campos de saber que não eram em absoluto a sua especialidade, impediam-lhe realizar por completo — ou mesmo compreender plenamente — os preceitos metodológicos que ele próprio havia estabelecido ora em conformação às, ora em confronto com as ciências empíricas de sua época.

⁴⁴ Indico aqui a excelente monografia de MÜLLER, M. L., *A gênese lógica do conceito especulativo de liberdade*, in: Müller, M. L., **Ensaios filosóficos 1: Entre Marx e Hegel**. Campinas: Editora PHI, 2024, pp. 247-295.

5. Considerações finais

Neste percurso, observamos alguns detalhes da tentativa de Hegel em refundar, no espírito de certo “materialismo”, de um lado a física e a química, que passariam a ter sua base concreta na geologia, de outro a antropologia e a filosofia da história, que passariam a ter sua base na geografia comparada. No centro de tais esforços está o conceito da Terra, i.e., o processo em que a Terra é levada, por poderes que emanam das relações vigentes no sistema solar, a configurar a forma e os nexos recíprocos dos continentes, assentando assim o palco onde se desenvolverá o mundo histórico dos humanos. A partir da geognosia de A. G. Werner, A. Humboldt e C. Ritter julgaram haver decifrado onexo racional entre os continentes antigos (África, Ásia e Europa) e o continente “novo” (América), comprovando com isso que a história da Terra e do mundo histórico nasce no oriente e se põe no ocidente; bem como julgaram haver decifrado os nexos internos entre a África (fechada em si, caracterizada por uma oposição fundamental não mediada entre o planalto central e as planícies costeiras, oprimida pela falta de temperamento ou variação do brilho solar ao longo do ano), a Ásia (um tronco maciço em que, apesar de temperado pela alternância das estações, as variações entre montanhas e planícies não se conjugam em rimo intensivo) e a Europa (a perfeita conjugação de temperamento climático e variação geológica quase infinita, i.e., quanto mais a oeste se está das fronteiras com a Ásia) – com o que pretenderam justificar em bases naturalistas a riqueza das nações da Europa ocidental. Baseando-se inteiramente nesses mais recentes progressos científicos do seu tempo, que pretendem haver encontrado o ponto de contato entre o processo natural da terra (o cenário) e a história espiritual do mundo (a cena), Hegel julga haver encontrado o elo concreto entre a *Filosofia da natureza*, reordenada para que todas as ciências naturais tivessem na geologia o seu solo concreto, e a *Filosofia do espírito*, refundada no solo da geografia. Este é, portanto, o ponto de partida fundamental da Filosofia Real de Hegel, cujo sistema é normalmente caracterizado, sem maiores detalhes, de idealista: o projeto de demonstrar que a Terra é a base concreta, o cenário (*Schauplatz*) onde se desdobra o Mundo histórico, e que portanto o espírito, embora se constitua como negação autorreferente da natureza, não pode dela se desgarrar por completo – muito pelo contrário, só se faz espírito efetivo, i.e., livre, na medida em que está com o seu outro junto de si. A contradição ‘espírito-natureza’ (ou ‘mundo-Terra’, ou ainda ‘história-tempo’) precisa, para Hegel, resolver-se e ir até seu fundo, do contrário o desenvolvimento do espírito fica pela metade, sua autorreferencialidade resta unilateral e voluntariosa, arbitrária, e não alcança o patamar da ação-recíproca. (Por contraste, a contradição

capital-trabalho, para Marx, não pode encontrar uma resolução, permanecendo para sempre enquanto oposição, *luta pelo poder*⁴⁵).

No entanto, se essas propostas de A. Humboldt e C. Ritter pareceram ser de vanguarda no horizonte das ciências naturais, e nelas Hegel aparentemente encontrava um caminho para o autorreconhecimento da ideia absoluta nas objetividades naturais, elas se mostraram extremamente retrógradas no horizonte das ciências humanas. Se de um lado apontava-se para novas pesquisas sobre a relação entre a química e a geologia, a geologia e a botânica e a zoologia, de outro apenas se reconfirmavam posições ideologicamente arraigadas, notadamente aquelas concernentes à ausência de história (e de futuro) dos povos africanos e ameríndios, e à riqueza das nações do oeste Europeu como destino da história. Isso se deveu ao fato de que tais propostas ainda eram por demais incipientes para que servissem de esteio seguro a uma *Geografia da história mundial* que se revelasse à altura da ideia absoluta enquanto ideia da liberdade. Ainda seria preciso esperar, como mencionamos, pelos desdobramentos de P. Lund, C. Darwin nas ciências naturais, e por R. Lepsius e K. Marx nas ciências históricas – i.e., desdobramentos científicos em frontal oposição ao *status quo* epistemológico-político-etnocêntrico europeu –, para que se encurtasse, ainda no XIX, o hiato entre a ideia da liberdade e seu autorreconhecimento nas objetividades. Mas Hegel não pôde esperar tanto. O teor crítico de sua filosofia, inevitavelmente dependente das forças produtivas do seu tempo – incluindo aí as forças científicas – ficou, portanto, aquém de sua ideia, ou do caroço racional de sua filosofia, como gostava de dizer Marx.

Ocorreu, todavia, que seja na *Dialética da natureza*, de Engels, seja na *Ontologia do ser social*, de Lukács, a ideia hegeliana da liberdade, i.e., a ideia lógica, sumiu da cena. Seu lugar foi ocupado pelos próprios desenvolvimentos das ciências reais, que foram tomadas por mais ou menos dialéticas nelas mesmas. Não desconhecemos os bons intuitos inerentes a esses projetos, aliás entre si contrastantes. Mas nos são igualmente conhecidas as críticas (de esquerda) tecidas a eles, como as de Adorno, decorrentes do diagnóstico de que acabavam, ambos, por tornar menos incisivo o pendor crítico do método dialético. Daí que dos cursos de Adorno sobre a *Dialética negativa* brotou, contra e com Adorno, em perfeito estilo dialético, e também contra Althusser e Habermas, um vigoroso movimento de redescoberta da *Ciência da lógica* e, por tabela, de releitura do sistema hegeliano, bem como, notadamente, das várias

⁴⁵ Sobre esse contraste, indico mais uma vez o artigo de Marcos L. Müller “Exposição e método dialético em *O capital*”, bem como a monografia “A gênese lógica do conceito especulativo de liberdade” (op. cit.)

etapas da relação de Marx com esse sistema. Essa segunda *Hegel-Renaissance*, que eu preferiria chamar de *Hegel-Renaissance* elevada ao quadrado, fez com que a filosofia de Hegel ressurgisse com grande alarde no horizonte acadêmico-universitário, superando recentemente até mesmo os bloqueios do histórico anti-hegelianismo predominante no horizonte filosófico anglo-saxão.

Os defensores de que Hegel teria sido o grande doutrinador filosófico do colonialismo e do racismo europeu do séc. XIX se esquecem, em primeiro lugar, de que tal colonialismo não precisava nem um pouco de Hegel para se sustentar, nem efetiva nem ideologicamente: basta lembrar que foram A. Humboldt e C. Ritter os geógrafos que demonstraram cientificamente o “isolamento” dos povos africanos. Esquecem-se, em seguida, de que depois de vários expurgos (por parte dos românticos, dos positivistas, dos neokantianos, dos analíticos, dos fenomenólogos, dos heideggerianos, do pós-estruturalismo etc.), foi apenas com grande esforço, desdobrado nos vários renascimentos vistos ao longo do séc. XX, que o *mainstream* do debate universitário voltou há poucas décadas (desde 1831!), a paulatinamente ler os textos de Hegel com seriedade. Ainda assim, desponta no horizonte mais um — o novíssimo! — expurgo de Hegel. Bernasconi, James, Knappik et al. pretendem, apresentando listagens de citações racistas de Hegel, ou listagens e classificações de *papers* que demonstram de diversas maneiras que o racismo e o colonialismo são elementos indissociáveis do pensamento hegeliano, impedir ou refrear o avanço do debate sobre Hegel, e por tabela sobre Marx, em searas historicamente dominadas pela influência de Frege, Russell e Wittgenstein. Ato contínuo, parecem sustentar que a reforma antirracista da filosofia há de ser monopólio da vaga decolonial/pós-estruturalista, não havendo espaço para a tradição anticolonial dialética.

A meu ver, porém, contribuiriam muito mais à causa anticolonial e antirracista se buscassem, a partir de uma leitura da filosofia de Hegel — uma condição historicamente pouco satisfeita ao se criticá-lo — desvendar tanto o contexto das posições racistas e colonialistas de Hegel, suas fontes e raízes; quanto os nexos e dissensos de tais posições em relação a teses contrárias do próprio Hegel; como também, em especial, o contexto das críticas e superações imediatas e distantes de tais posições. Não apenas denúncias, mas saídas. Não apenas os vestígios do crime, mas toda a sua gênese e estrutura, bem como o delineamento institucional-teórico subsequente que permitiria que tal crime não se repetisse estruturalmente. Ou seja, em vez de catarse pouco formadora do apedrejamento público ou do “cancelamento” puro e simples de Hegel, utilizar sua filosofia como palco privilegiado para se mapear tanto os nexos de

formação quanto os nexos de superação do colonialismo europeu. A um tal procedimento chamar-se-ia, em termos hegelianos, de negação (ou crítica) *determinada* de Hegel (e sua época). No entanto, me parece que, sem Hegel, e pior, sem Marx, o anticolonialismo atual sofre de certo *mal da indeterminidade* – pasto onde, no fim das contas, só o colonialismo aufere nutrimento.

BIBLIOGRAFIA

- BERNASCONI, Robert. Hegel and Egypt's African Element, in: **Hegel Bulletin**, n. 41, v. 1, 2024, pp. 6-22.
- BRAUNSCHWEIG, Johann Daniel von. **Über die Alt-Amerikanischen Denkmäler**, Berlin, 1840
- BRET, Patrice. **L'Égypte au temps de l'expédition de Bonaparte (1798-1801)**, Paris: Hachette Littératures, 1998
- DA CUNHA, Euclides. **À margem da história**, São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- GOES NEVES, Eduardo. **Sob os tempos do equinócio** – Oito mil anos de História na Amazônia Central, São Paulo: Ubu, 2022.
- HARRIS, Errol E. How final is Hegel's rejection of evolution?, in: Houlgate, Stephen (org.). **Hegel and the Philosophy of Nature**, Albany: SUNY Press, 1998
- HEGEL, G.W.F. **Vorlesungen über die Philosophie der Natur 1**, in: *Gesammelte Werke*, Vol. 24/1, ed. por Wolfgang Bonsiepen, Hamburg: Meiner, 2012
- HEGEL, G.W.F. **Vorlesungen über die Philosophie der Natur 2**, in: *Gesammelte Werke*, Vol. 24,2. Ed. por Niklas Hebing, Hamburg: Meiner, 2014
- HEGEL, G.W.F. **Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte 2**, in: *Gesammelte Werke*, Vol. 27/2. ed. por Walter Jaeschke e Rebecca Paimann, Hamburg: Meiner, 2019
- HEGEL, G.W.F. **Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte 3**, in: *Gesammelte Werke*, Vol. 27/3, ed. por Walter Jaeschke, Hamburg: Meiner, 2019
- HERODOTUS, **The History**, in: *Great Books of the Western World*, Chicago: Enciclopaedia Britannica, 1952
- HOLTEN, Birgitte, STERLL, Michal. **P. W. Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011
- JAMES, D. e KNAPPIK, F., Exploring the Metaphysics of Hegel's Racism: The Teleology of the 'Concept' and the Taxonomy of Races, in: **Hegel Bulletin**, n. 44, v. 1, 2023
- LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Escritos de Leibniz sobre a China**, Campinas: Editora Phi, 2016
- LEPSIUS, Richard. **Briefe aus Aegypten, Aethiopia und der Halbinsel des Sinai**, Berlin, 1852.

- LEPSIUS, Richard. **Denkmäler aus Aegypten und Aethiopia**, nach der Zeichnungen der von seiner Majestät dem Könige von Preussen Friedrich Wilhelm IV nach diesen Ländern gesendeten und in den Jahren 1842-1845 ausgeführte wissenschaftlichen Expedition, Berlin, 1848
- LEPSIUS, Richard. **Zwei sprachvergleichende Abhandlungen**, Berlin, 1836
- LIMA, Erick Calheiros de. Hegel contra Hegel: Eurocentrism, Colonialism, and Progress, in: **Hegel Bulletin**. Published online 2024:1-28. doi:10.1017/hgl.2024.8
- LOPES, Nei. **Dicionário da antiguidade africana**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011
- MAWE, John. **Travels in the interior of Brazil** particularly in the gold and diamond districts of that country, by authority of the Prince Regent of Portugal. London, 1812
- MÜLLER, Marcos Lutz. **Ensaio filosófico 1: Entre Marx e Hegel**, Campinas: PHI, 2024
- RITTER, Carl. **Die Erdkunde im Verhältnis zur Natur und zur Geschichte des Menschen**, oder allgemeine vergleichende Geographie, erster Teil, erstes Buch: Afrika. Berlin, 1822
- RITTER, Carl. **Naturhistorische Reise nach der Westindischen Insel Hayti** auf Kosten Sr. Majestät des Kaisers von Österreich, Stuttgart, 1836
- RITTER, Carl. **Über die geographische Verbreitung des Zuckerrohrs**, Berlin, 1840
- RITTER, Carl. **Über räumliche Anordnungen auf der Aussenseite des Erdballs und ihre Funktionen im Entwicklungsgange der Menschen**, Berlin, 1950
- STEFFENS, Henrich. **Geognostisch-geologische Aufsätze als Vorbereitung zu einer inneren Naturgeschichte der Erde**, Hamburg, 1810
- WENGROW, David e GRAEBER, David. **O despertar de tudo**, São Paulo: Cia das Letras, 2022